



## PARECER JURÍDICO Nº 90048/2026

**INTERESSADO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE.

**ASSUNTO:** Análise jurídica de Edital - Concorrência Eletrônica nº 90048/2026 - Processo nº 48/2026 - Construção de uma praça pública no bairro Areias do Meio - Conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

**EMENTA - ANÁLISE JURÍDICA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA PÚBLICA NO BAIRRO AREIAS DO MEIO. EXAME DO EDITAL. CONFORMIDADE COM A Lei nº 14.133/2021. OBSERVÂNCIA À LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. LEGALIDADE DOS TERMOS EDITALÍCIOS. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO CERTAME. O INVESTIMENTO É VIABILIZADO POR MEIO DA EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL Nº 202439490003.**

### I. RELATÓRIO

Este parecer jurídico analisa a regularidade do procedimento licitatório referente ao **Processo nº 48/2026**, que objetiva a contratação de empresa especializada para a construção de uma praça pública no bairro Areias do Meio, no Município de Governador Celso Ramos/SC. O investimento é viabilizado por meio da **Emenda Parlamentar Federal nº 202439490003**.

A instrução processual é composta por documentos técnicos essenciais, como o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência (TR), o **Edital de Concorrência Eletrônica nº 90048/2026** e a respectiva Minuta Contratual. O valor global estimado para a execução da obra é de **R\$ 2.828.639,78**, conforme a pesquisa de preços e o orçamento detalhado anexados ao processo.



O objeto é definido como serviço comum de engenharia, adotando-se a modalidade concorrência, em sua forma eletrônica. O critério de julgamento estabelecido é o de menor preço por lote único, com modo de disputa aberto, visando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa mediante ampla competitividade.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

### **2.1. Do Amparo Legal e da Modalidade Licitatória**

A licitação é regida integralmente pela **Lei nº 14.133/2021**. A escolha da modalidade concorrência é adequada para a execução de obra de infraestrutura urbana, conforme autoriza o art. 6º, inciso XXXVIII, da norma geral. O procedimento observa as inovações regulamentares dos Decretos Municipais nº 69, 72, 73, 227 e 228, todos de 2023, que disciplinam a aplicação da Nova Lei de Licitações no âmbito local.

A adoção da forma **eletrônica** prioriza a transparência e a eficiência, em cumprimento ao art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021. O critério de menor preço é o mais apropriado para objetos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital e seus anexos técnicos, garantindo a economia necessária ao erário.

### **2.2. Do Planejamento da Contratação (ETP e TR)**

O Estudo Técnico Preliminar justifica a necessidade da intervenção pública diante da ausência de espaços de lazer no bairro Areias do Meio, detalhando os serviços multidisciplinares necessários, como terraplenagem, drenagem, pavimentação e iluminação. O ETP demonstra que a contratação de empresa especializada é o caminho mais seguro para garantir a durabilidade das estruturas e o cumprimento do cronograma físico-financeiro.

O Termo de Referência define com clareza o escopo da solução, estabelecendo prazo de execução e vigência de 12 meses. A classificação como serviço comum de engenharia permite a utilização de parâmetros objetivos de julgamento, facilitando a fiscalização contratual e a entrega de um equipamento público que atenda às normas de acessibilidade e segurança.

### **2.3. Da Estimativa de Custos e Dotação Orçamentária**



O orçamento de R\$ 2.828.639,78 foi elaborado com base em referenciais oficiais, utilizando tabelas do SINAPI e do SICRO (janeiro de 2026), o que confere segurança jurídica e fidedignidade aos preços de mercado. A planilha orçamentária detalha quantitativos e custos unitários, atendendo ao princípio da precisão do gasto público.

A dotação orçamentária está devidamente assegurada pelos recursos da Emenda Parlamentar Federal, conforme as classificações indicadas no edital (Fonte 1500.7000.000 e 2706.7000.103). A previsão cumpre o requisito do art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que o certame apenas seja iniciado com a disponibilidade financeira confirmada.

#### **2.4. Da Análise do Edital e Habilitação**

O edital estabelece regras claras para a participação, incluindo a vedação de empresas sancionadas ou em conflito de interesses (Edital.pdf, p. 8). No que tange à qualificação técnica, as exigências são proporcionais ao objeto, requerendo comprovação de execução de praça pública com no mínimo 3.000 m² (Termo de Referência.pdf, p. 13), o que é permitido pelo art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Sobre a vistoria técnica, o edital faculta ao licitante a realização da visita ou a substituição por uma declaração formal de conhecimento das condições do local (Edital.pdf, p. 19). Essa previsão está em total conformidade com o art. 63, inciso II, da Nova Lei de Licitações, que veda a obrigatoriedade de vistoria salvo quando indispensável.

#### **2.5. Da Garantia de Execução e Adicional**

A minuta contratual prevê garantia de execução de 2% do valor inicial do contrato (minuta.pdf, p. 11). Ademais, o edital estabelece a exigência de garantia adicional para propostas inferiores a 85% do valor orçado (Edital.pdf, p. 17), conforme determina o art. 102 da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a exequibilidade do contrato em caso de lances agressivos.

#### **2.6. Da Subcontratação**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**FOLHA**  
**Nº** \_\_\_\_\_

O edital admite a **subcontratação parcial**, mas proíbe a subcontratação da parcela principal, definida como o item 4 (ESTRUTURAL DE CONCRETO) e serviços relacionados (Termo de Referência.pdf, p. 2). Essa limitação é juridicamente válida e recomendável para garantir que a empresa vencedora, detentora da capacidade técnica principal, execute diretamente a parte mais sensível da obra.

### **3. CONCLUSÃO**

A análise do Processo nº 48/2026 revela que a fase de planejamento e a elaboração do instrumento convocatório observam os preceitos da Lei nº 14.133/2021. Os documentos técnicos (ETP e TR) estão devidamente fundamentados, as exigências de habilitação são proporcionais ao objeto e a minuta contratual resguarda os interesses da Administração Pública Municipal.

Conclui-se, portanto, pela regularidade do procedimento, com parecer favorável ao prosseguimento da licitação. Recomenda-se a atenção contínua aos prazos de publicidade legal e à obrigatoriedade de divulgação de todos os atos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), assegurando a lisura e a eficácia da contratação.

Opina-se, portanto, pelo regular prosseguimento do procedimento licitatório.

É o parecer.

Governador Celso Ramos/SC, 13 de maio de 2026.

**GRASIELA ILZA ROSA**  
*Procuradora Geral do Município*  
OAB/SC 20.653